

Gastos dos Poderes preocupam Executivo

SILVIA FARIA

BRASÍLIA — O aumento dos gastos dos Poderes Autônomos (Legislativo, Judiciário e Ministério Público), a partir da chamada "Nova República", agrava-se depois da promulgação da Constituição, em 88, é o principal alvo das preocupações da equipe econômica, às voltas com problemas de queda da arrecadação tributária devido à recessão. Para submeter os Poderes à austeridade já imposta aos órgãos do Executivo a partir de 90, o Ministério da Economia está estudando a fixação de percentuais máximos da receita tributária, que seriam liberados a cada dez dias, a exemplo do procedimento adotado para transferência de recursos federais aos Estados e Municípios.

Um levantamento feito com base na execução orçamentária, a partir de 1968, mostra que, enquanto o Executivo perde receita e participação no bolo de recursos arrecadados, os gastos dos Poderes Autônomos crescem descontroladamente. Isso ocorre principalmente depois da Nova República, quando os Poderes adquiriram maior participação política nas decisões do Governo, e é agravado com a nova Constituição, que deu autonomia aos mesmos para realização de seus gastos. De acordo com o orçamento executado em 88 a

receita ficou 35% reais acima da arrecadação de 84. No mesmo período, os gastos do Judiciário e Legislativo cresceram 138% reais. Após a promulgação da Constituição, (88-90) a receita, caiu 11% reais (incluindo as medidas do Plano Collor), enquanto a despesa do Legislativo cresceu 11%, do Judiciário, 115%, e do Ministério Público, 107%. O gasto do Executivo, conseqüentemente, teve redução proporcional.

A nova preocupação do Executivo com a necessidade de aprofundar a reforma fiscal traz à tona mais uma vez a busca de áreas passíveis de cortes de despesas. Como os gastos da administração direta são praticamente incompressíveis, por causa da estabilidade do funcionalismo e as dívidas e avais concedidos pela União aos governos estaduais e municipais, a alternativa fica restrita aos convênios firmados pelos Ministérios sociais (Educação, Saúde e Ação Social), de valor reduzido, a aos Poderes Autônomos.

Uma idéia em discussão na equipe econômica é fixar um percentual da receita disponível do Tesouro, com base na média histórica de gastos, e fixá-lo como teto orçamentário. Essa estratégia permitiria orientar os órgãos em relação à receita disponível total, e viabilizaria a contenção de gastos dos Poderes Autônomos.